



Boletim Anual de Concessões – 2017

Boletim Trimestral de Concessões – 4.º Trimestre de 2017

U T A P

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Conteúdos

1. Sumário Executivo.....	5
2. Factos relevantes.....	8
2.1 Sector Energético.....	8
2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural.....	8
2.2 Sector das águas	9
2.2.1 Novo Modelo organizacional do grupo AdP	9
2.2.2 Investimento realizado pelas empresas do grupo AdP	10
2.3 Sector Portuário	11
2.3.1 Processo de renegociação do Contrato de Concessão do TCL	11
2.3.2 Processo de renegociação do Terminal de Contentores de Alcântara	12
2.3.3 TMS – Terminal Multipurpose de Sines	12
3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário	13
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros	13
3.2 Evolução dos fluxos financeiros	13
3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 4.º trimestre de 2017	13
3.2.2 Evolução dos fluxos financeiros acumulados	18
4. Anexos	23

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 4.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga	5
Quadro 2 – Receitas das Administração Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias em 2017 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto	6
Quadro 3 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias, no 4.º trimestre de 2017 e respetiva variação homóloga.....	14
Quadro 4 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias, no 4.º trimestre de 2017 e respetiva variação homóloga.....	14
Quadro 5 – Receitas das Administrações Portuárias por concessão no 4.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto	17
Quadro 6 – Receitas das Administração Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias em 2017 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto.....	18
Quadro 7 – Movimento de carga nas concessões portuárias em 2017 - respetiva variação homóloga	19
Quadro 8 – Receitas das Administração Portuárias por concessão em 2017 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto.....	21
Quadro 9 – Identificação das concessões no sector dos Portos.....	23
Quadro 10 – Identificação das concessões das Águas.....	24
Quadro 11 – Identificação das concessões Hídricas.....	24
Quadro 12 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	25
Quadro 13 – Identificação das concessões para a Eletricidade	25
Quadro 14 – Identificação da concessão Aeroportuária.....	25
Quadro 15 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 4.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga	27
Quadro 16 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 4.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga	28
Quadro 17 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados em 2017 - respetiva variação homóloga.....	29
Quadro 18 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados em 2017 - respetiva variação homóloga	30

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição do valor das rendas das concessões portuárias, por Administração Portuária, no 4.º trimestre de 2017	15
Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2014 a 2017	22

Siglas

1T 2017	1.º trimestre de 2017
2T 2017	2.º trimestre de 2017
3T 2017	3.º trimestre de 2017
4T 2016	4.º trimestre de 2016
4T 2017	4.º trimestre de 2017
2017P	Previsão para 2017
4T	4.º trimestre
AdP	AdP - Águas de Portugal
AdP, S.A.	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.
APDL	Administração dos Portos de Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.
<i>cfr.</i>	Conforme
DRE	Diário da República Eletrónico
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
EUR	Euro
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
n.a.	Não aplicável
n.d.	Não disponível
TCGL	Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos de Leixões
TCL	Terminal de Contentores de Leixões
TEU	<i>Twenty Feet Equivalent Unit</i> / Unidade equivalente a um contentor
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
Δ 4T2017/4T2016	Varição ocorrida entre o 4.º trimestre de 2017 e o 4.º trimestre de 2016
Δ 2017/2016	Varição ocorrida em 2017 e 2016

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos encargos e das receitas com concessões de diversos sectores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, sector energético, portos e aeroportos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos e nos respetivos *websites* e/ou boletins/relatórios de atividade. Nessa medida, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores são apresentados numa ótica de *cash-flow*, a preços correntes do ano a que respeitam e, quando aplicável, incluem IVA à taxa legal em vigor à data, sendo os mesmos arredondados à unidade mais próxima;
- Relativamente ao sector portuário, os valores apresentados correspondem às melhores estimativas das respetivas Administrações Portuárias, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões¹, relativo ao 4.º trimestre de 2017, assim como ao ano de 2017, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos sectores portuário, energético, das águas e resíduos e aeroportuário, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados sectores.

No que concerne aos fluxos financeiros do sector público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao sector portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

Quadro 1 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 4.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2017	2T2017	3T2017	4T2017	Peso no Total (4T)	4T2016	Δ 4T2017 / 4T2016
Douro e Leixões	7 172	7 320	6 254	5 688	35%	6 106	-7%
Sines	4 677	6 016	5 087	5 095	32%	6 051	-16%
Lisboa	4 086	5 221	3 498	3 640	23%	3 588	1%
Setúbal	1 568	1 670	1 617	1 616	10%	1 525	6%
Aveiro	122	137	127	126	1%	119	5%
Total	17 625	20 364	16 584	16 165	100%	17 388	-7%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

No 4.º trimestre de 2017, o valor das receitas auferidas pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários concessionados, ascendeu a cerca de 16,2 milhões de euros, representado um decréscimo de aproximadamente 7%, quando comparado como o período homólogo anterior. Destacam-se, **(i)** pela sua importância em termos de peso relativo no total das receitas portuárias (35%), o caso dos portos do Douro e Leixões e, **(ii)**

¹ Considerando, neste universo, um conjunto de contratos de natureza concessória que tradicionalmente vêm sendo reportados pela Tutela Financeira do Estado, independentemente de os mesmos configurarem ou não contratos de parceria público privada para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

pelo seu contributo para a evolução global das receitas verificada no trimestre, o porto de Sines, o qual registou uma redução, de cerca de 16%, das receitas face ao período homólogo anterior.

A evolução das receitas das Administrações Portuárias encontra-se em linha com o decréscimo verificado, no mesmo período, no movimento global de mercadorias, o qual é explicado, em exclusivo, pela redução das quantidades movimentadas no porto de Sines.

Quadro 2 – Receitas das Administração Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias em 2017 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Setor Portuário	2017	Peso no Total	2016	Δ 2017 / 2016	2017 P	% Execução
Douro e Leixões	26 433	37%	27 374	-3%	27 444	96%
Sines	20 875	30%	20 919	0%	20 333	103%
Lisboa	16 446	23%	13 644	21%	14 534	113%
Setúbal	6 471	9%	6 583	-2%	7 993	81%
Aveiro	513	1%	491	5%	465	110%
Total	70 738	100%	69 010	3%	70 769	100%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Em 2017, as receitas acumuladas das Administrações Portuárias, referentes aos terminais portuários concessionados, registaram, em termos globais, um acréscimo de cerca de 3% face ao período homólogo de 2016, cifrando-se em 70,7 milhões de euros, sendo este valor praticamente idêntico ao orçamentado para 2017 (*cf.* Quadro 2 *supra*).

Para a referida evolução contribuiu, sobretudo, o acréscimo registado ao nível das receitas auferidas pela Administração Portuária de Lisboa (+21%), o qual foi parcialmente compensado pela redução das receitas relativas aos portos de Douro e Leixões (-3%) e de Setúbal (-2%).

Relativamente à movimentação registada em 2017, verifica-se que, em termos globais, foi registado um ligeiro acréscimo face ao valor registado no ano anterior, sendo de destacar o aumento das quantidades movimentadas, quer no porto de Lisboa (+14%) – na sequência da situação de estabilidade laboral verificada em 2017² –, quer nos portos do Douro e

² Recordar-se que, em 2016, o porto de Lisboa registou um decréscimo significativo das quantidades movimentadas face ao ano homólogo anterior, resultado, sobretudo, das greves ocorridas neste porto nos meses de abril e maio de 2016, cujos efeitos se começaram a sentir logo desde o momento em que as mesmas foram pré-anunciadas, tendo-se ainda refletido na movimentação das mercadorias realizadas nos meses seguintes.

Leixões (+5%), os quais foram compensados pelo decréscimo registado ao nível da movimentação de mercadorias verificada nos portos de Setúbal e de Sines (-9% e -5%, respetivamente).

Neste contexto, importa, contudo, referir que, embora a variação da carga movimentada tenha influência na evolução dos fluxos financeiros, não constitui o único fator explicativo desta última, destacando-se, a este respeito, o facto de, *por um lado*, parte dos fluxos financeiros respeitarem à componente fixa das rendas pagas pelas concessionárias (não dependente da carga movimentada), e, *por outro lado*, os valores reportados dizerem respeito a fluxos financeiros e não a valores faturados, podendo, portanto, referir-se a valores de faturação (e, por conseguinte, de cargas movimentadas) relativos a períodos anteriores.

2. Factos relevantes

2.1 Sector Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural

Relativamente às atividades reguladas dos sectores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, importa destacar os seguintes eventos ocorridos durante o 4.º trimestre de 2017:

- Aquisição de 100% do capital da EDP Gás, S.G.P.S., S.A. (e, indiretamente, da concessionária regional de distribuição de gás natural, EDP Gás Distribuição, S.A.) pela REN Gás, S.A., em 4 de outubro³;
- Fixação das tarifas reguladas de eletricidade para 2018 e dos proveitos permitidos e parâmetros de regulação para o período 2018-2020, em 15 de dezembro⁴;
- Publicação da primeira alteração ao Regulamento de Relações Comerciais do Setor Elétrico – Regulamento n.º 632/2017⁵;
- Publicação do Regulamento Tarifário do Setor Elétrico – Regulamento n.º 619/2017⁶;
- Publicação do Regulamento da Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Setor do Gás Natural e do Manual de Procedimentos da Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Setor do Gás Natural – Regulamento n.º 629/2017⁷;
- Publicação da primeira alteração ao Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações do Setor Elétrico – Regulamento n.º 620/2017⁸;
- Publicação da primeira alteração ao Regulamento de Operação das Redes do Setor Elétrico – Regulamento n.º 621/2017⁹;
- Publicação do regime equiparado ao das tarifas transitórias ou reguladas de que podem beneficiar os clientes finais com contrato de fornecimento de eletricidade

³ Comunicado disponível no *website* da REN.

⁴ Informação disponível no Portal da ERSE.

⁵ Publicado no *Diário da República*, n.º 244, 2.ª série, de 21 de dezembro de 2017.

⁶ Publicado no *Diário da República*, n.º 241, 2.ª série, de 18 de dezembro de 2017.

⁷ Publicado no *Diário da República*, n.º 243, 2.ª série, de 20 de dezembro de 2017.

⁸ Publicado no *Diário da República*, n.º 241, 2.ª série, de 18 de dezembro de 2017.

⁹ Publicado no *Diário da República*, n.º 241, 2.ª série, de 18 de dezembro de 2017.

comum comercializador em regime de mercado, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março (subsequentemente alterado) – Portaria n.º 348/2017¹⁰;

- Publicação de Proposta de Lei à Assembleia da República com vista à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, que cria a tarifa social de fornecimento de energia elétrica – Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 25/2017/M¹¹;
- Extensão das datas de vigência do regime transitório das tarifas reguladas de venda a clientes finais de eletricidade e gás natural pela Portaria n.º 364-A/2017¹²;
- Publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2018 que inclui disposições relativas à alteração do modelo de financiamento da tarifa social do setor do gás natural e à alteração do imposto sobre o consumo de carvão para produção de energia elétrica (com incidência, nomeadamente, na central elétrica a carvão da Tejo Energia, gerida sob um contrato de aquisição de energia com a REN – Rede Elétrica Nacional), entre outras – Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro¹³.

De referir ainda a publicação, pela ERSE, do Relatório da Qualidade de Serviço do setor elétrico referente ao ano de 2016¹⁴.

2.2 Sector das águas

2.2.1 Novo Modelo organizacional do grupo AdP

O Programa do XXI Governo Constitucional procedeu à reversão das agregações realizadas pelo anterior Governo, em 2015, nas empresas de águas¹⁵, nomeadamente:

- Criação, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, dos novos sistemas multimunicipais de abastecimento de água do sul do Grande Porto e de saneamento do Grande Porto,

¹⁰ Publicada no *Diário da República*, n.º 219, 1.ª série, de 14 de novembro de 2017.

¹¹ Publicada no *Diário da República*, n.º 228, 1.ª série, de 27 de novembro de 2017.

¹² Publicada no *Diário da República*, n.º 232, 1.º suplemento da 1.ª série, de 4 de dezembro de 2017.

¹³ Publicada no *Diário da República*, n.º 249, 1.ª série, de 29 de dezembro de 2017.

¹⁴ Relatório disponível no *website* da ERSE.

¹⁵ No seguimento do Programa do XIX Governo Constitucional, foram reorganizadas as operações do grupo AdP, através da agregação de 19 empresas em 5 entidades gestoras, nomeadamente: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, Águas Públicas do Alentejo e a Águas do Algarve, através pelos Decretos-Leis n.os 92/2015, 93/2015, e 94/2015, todos de 29 de maio de 2015.

sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal. Para o efeito, foram criadas, pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, duas novas sociedades: a Águas do Douro e Paiva, S. A., e a SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S. A., tendo-lhes sido atribuídas, respetivamente, a concessão da exploração e da gestão dos novos sistemas multimunicipais agora criados, igualmente sem prejuízo da manutenção da empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, a Águas do Norte, S.A.;

- Criação, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, dos novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo – sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo. Para o efeito, foram criadas, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, duas novas sociedades, a Águas do Tejo Atlântico, S. A., e SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S. A., tendo-lhes sido atribuídas, respetivamente, a concessão da exploração e da gestão dos novos sistemas multimunicipais agora criados por cisão, sem prejuízo da manutenção da empresa concessionária do ora denominado sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. Esta última sociedade, após a cisão, passa a adotar a denominação de Águas do Vale do Tejo, S. A..

2.2.2 Investimento realizado pelas empresas do grupo AdP

De acordo o transmitido pela AdP, cumpre destacar os investimentos realizados pelas seguintes empresas do grupo AdP:

- No âmbito da execução do plano de investimentos do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo até 2020, a Águas Públicas Alentejo, S.A. adjudicou, em agosto de 2017, uma empreitada para reforço da adução ao concelho de Mértola, representando um investimento de cerca de 1,0 milhão de euros. A referida empreitada foi adjudicada a 9 de agosto, em sessão realizada em Mértola,

na qual foi lançado o concurso para uma segunda empreitada e ainda anunciada uma terceira, cujo conjunto de obras totalizam investimentos no valor de cerca de 5,7 milhões de euros, dos quais 85% serão cofinanciados pela União Europeia, através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos no âmbito do Portugal 2020;

- Realizou-se, em agosto de 2017, o arranque da construção do subsistema de Canha (o último subsistema de saneamento completo), a realizar pela SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A.¹⁶ no município do Montijo. Representando um investimento de cerca de 1,2 milhões de euros, cofinanciado pelo POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, o subsistema de Canha integra a construção de uma ETAR e sistema de drenagem e elevatório.

2.3 Sector Portuário

2.3.1 Processo de renegociação do Contrato de Concessão do TCL

Na sequência da decisão emitida pelo Tribunal de Contas no sentido de o aditamento ao Contrato de Concessão do TCL outorgado na sequência da negociação promovida pela Comissão de Negociação constituída pelo despacho n.º 4550-A/2014, de 26 de março, do Coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, publicado no Diário da República, 2ª série, N.º 61, de 27 de março de 2014, não se encontrar sujeito a visto prévio, entrou em vigor, a 9 de outubro de 2017, o referido aditamento ao Contrato de Concessão do TCL, que prevê a obrigação da concessionária de realizar um novo investimento no terminal sul (no valor de 43,4 M€) e de praticar um nível acordado de descontos comerciais, estabelecendo ainda, em contrapartida, a prorrogação do prazo da concessão por 5 anos.

¹⁶ Sociedade criada pelo Decreto-Lei 34/2017, publicado no Diário da República, n.º 60, 1.ª série, de 24 de março de 2017, na sequência da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (anteriormente criado por via da agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 94/2015, publicado no Diário da República, n.º 104, 1.ª série, de 29 de maio de 2017).

2.3.2 Processo de renegociação do Terminal de Contentores de Alcântara

Durante o 4.º trimestre de 2017, em concreto, em 12 de dezembro de 2017, foi publicado, no Diário da República, 2.ª série, n.º 237, o Despacho n.º 10869/2017, da Senhora Ministra do Mar, de 28 de outubro de 2017, através do qual a mesma revoga, com efeitos contados da data de publicação, o despacho do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 14 de março de 2014^{17/18}.

2.3.3 TMS – Terminal Multipurpose de Sines

De acordo o transmitido à UTAP pela Administração Portuária de Sines, em 20 de dezembro de 2017, foi outorgado um acordo entre a referida Administração Portuária e a Concessionária do TMS – Terminal Multipurpose de Sines, S.A., relativo à atualização da fórmula constante nas alíneas 5.1 e 5.4 do Anexo VII do respetivo Contrato de Concessão, a qual tem influência no fator de revisão a considerar para atualização das tarifas aplicadas pela Concessionária aos clientes que descarregam carvão. A referida atualização é justificada pelo facto de se terem constatado limitações na fórmula de cálculo desse fator, quando a taxa de juro de referência assume valores próximos de zero.

¹⁷ Através do despacho revogado, o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações solicita ao Senhor Secretário de Estado das Finanças que determine junto da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP), a constituição, relativamente a cada um dos portos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal, de uma comissão para a renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas cujo termo ocorra após 31 de dezembro de 2020.

¹⁸ Já no decurso do 1.º trimestre de 2018, os trabalhos da comissão de negociação foram retomados com novas diretrizes, para conclusão do processo negocial em curso, na sequência da indicação recebida para o efeito através do Despacho n.º 2130/2018, de 21 de fevereiro, da Senhora Ministra do Mar, publicado, no Diário da República, 2.ª série, n.º 42, de 28 de fevereiro de 2018.

3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do sector público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que, nos fluxos financeiros apresentados, não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas autoridades portuárias nestas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 4.º trimestre de 2017

No 4.º trimestre de 2017, o valor das receitas auferidas pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários concessionados, ascendeu, em termos globais, a cerca de 16,2 milhões de euros, representando uma diminuição, de cerca de 7%, face ao valor auferido no período homólogo de 2016.

Esta evolução encontra-se em linha com o decréscimo verificado, no mesmo período, no movimento global de mercadorias, o qual é explicado, em exclusivo, pela redução das quantidades movimentadas no porto de Sines (*cf. Quadro 4 seguinte*).

Quadro 3 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias, no 4.º trimestre de 2017 e respetiva variação homóloga
Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2017	2T2017	3T2017	4T2017	Peso no Total (4T)	4T2016	Δ 4T2017 / 4T2016
Douro e Leixões	7 172	7 320	6 254	5 688	35%	6 106	-7%
Sines	4 677	6 016	5 087	5 095	32%	6 051	-16%
Lisboa	4 086	5 221	3 498	3 640	23%	3 588	1%
Setúbal	1 568	1 670	1 617	1 616	10%	1 525	6%
Aveiro	122	137	127	126	1%	119	5%
Total	17 625	20 364	16 584	16 165	100%	17 388	-7%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Quadro 4 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias, no 4.º trimestre de 2017 e respetiva variação homóloga
Valores em toneladas

Sector Portuário	1T2017	2T2017	3T2017	4T2017	Peso no Total (4T)	4T2016	Δ 4T2017 / 4T2016
Douro e Leixões	4 521 888	4 933 236	4 759 138	4 789 487	25%	4 605 024	4%
Sines	12 713 924	11 696 785	11 784 840	10 507 474	55%	12 554 575	-16%
Lisboa	2 414 768	2 526 046	2 816 745	2 683 568	14%	2 433 461	10%
Setúbal	1 093 485	1 094 755	1 014 102	970 177	5%	900 778	8%
Aveiro	156 619	143 295	163 184	162 932	1%	147 161	11%
Total	20 900 684	20 394 117	20 538 008	19 113 638	100%	20 640 999	-7%

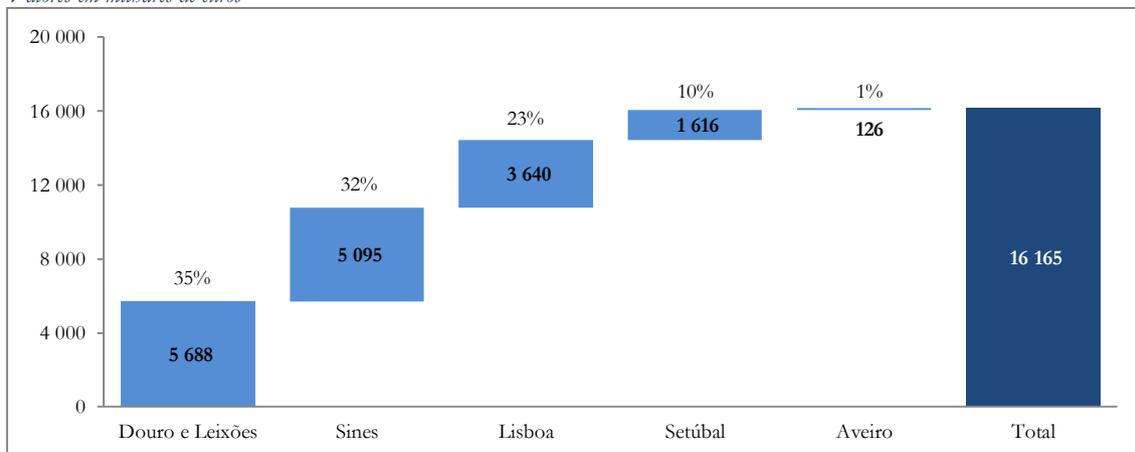
Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como evidenciado no *Quadro 3* anterior, a referida evolução global dos fluxos financeiros resulta, essencialmente, do decréscimo das rendas auferidas pelas Administrações Portuárias de Sines (-16%) e do Douro e Leixões (-7%), as quais, em conjunto, registaram uma redução de cerca de 1,4 milhões de euros face ao período homólogo de 2016.

Em termos de peso relativo nas receitas totais, os terminais portuários concessionados dos portos do Douro e Leixões mantiveram, no trimestre em análise, a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 35% destas, seguindo-se, em termos de ordem de importância, os terminais portuários concessionados dos portos de Sines e de Lisboa, com pesos relativos de 32% e 23%, respetivamente (*cf.* Gráfico 1 seguinte).

Gráfico 1 – Distribuição do valor das rendas das concessões portuárias, por Administração Portuária, no 4.º trimestre de 2017

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se verifica no *Quadro 5* seguinte, o valor das rendas auferidas, no 4.º trimestre de 2017, pela Administração Portuária de Sines foi inferior, em cerca de 955 milhares de euros, ao registado no período homólogo de 2016, sendo este decréscimo justificado, em grande medida, pela diminuição das quantidades movimentadas, quer no Terminal de Contentores XXI, quer no Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos, face ao trimestre homólogo de 2016.

Do mesmo modo, foi registado um decréscimo, de aproximadamente 418 milhares de euros, das receitas auferidas pela Administração Portuária dos portos de Douro e Leixões, quando comparado o período em análise com o período homólogo anterior. Esta evolução é justificada, em grande medida, *(i)* pela redução, de cerca de 37%, do valor das rendas relativas ao Terminal de Carga a Granel de Leixões, na sequência da entrada em vigor, em junho de 2017, do 4.º aditamento ao respetivo contrato de concessão¹⁹, assim como *(ii)* pelo decréscimo, de aproximadamente 16%, do valor das rendas relativas ao Terminal de Produtos Petrolíferos, resultado da diminuição do valor da taxa variável paga pela respetiva Concessionária à Administração Portuária, por via do aumento das quantidades movimentadas, nos termos previstos contratualmente.

¹⁹ No âmbito do 4.º aditamento ao contrato de concessão do Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos de Leixões, assinado em março de 2017, foi estabelecido o compromisso de a concessionária praticar, até ao final do período da concessão, um desconto comercial médio de 30% sobre o tarifário máximo, assim como a realização de um conjunto de investimentos adicionais destinados a mitigar o impacto ambiental da operação portuária e incrementar a sua eficiência e sustentabilidade a este nível, tendo ainda sido acordada a prorrogação do prazo da concessão em 5 anos e a redução das taxas cobradas à Concessionária.

Em sentido contrário, o porto de Setúbal²⁰ registou, no 4.º trimestre de 2017, um aumento, de cerca de 6%, das receitas portuárias face ao valor registado no período homólogo, resultado, sobretudo, do acréscimo registado ao nível das rendas relativas, quer ao Terminal de Granéis Sólidos, quer ao Terminal Multiusos 2, por via do aumento das quantidades movimentadas nos referidos terminais.

No caso do porto de Aveiro, quando comparado o 4.º trimestre de 2017 com igual período de 2016, verifica-se que foi registado um aumento, de aproximadamente de 5%, das rendas auferidas pela respetiva Administração Portuária, justificado, em grande medida, pelo acréscimo das quantidades movimentadas no Terminal Sul.

Por último, o valor das receitas relativas ao porto de Lisboa apresentou, no trimestre em apreço, um ligeiro acréscimo (+1%) face ao registado no período homólogo anterior. Relativamente à movimentação registada nos terminais concessionados do referido porto, destaca-se o aumento das quantidades movimentadas no Terminal Multiusos do Beato e nos Terminais de Granéis Alimentares do Beato e da Trafaria, por via da recuperação gradual de linhas que haviam deixado de escalar em Lisboa, na sequência das greves registadas em 2016²¹.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas, no trimestre em análise, pelas Administrações Portuárias, em cada um dos terminais concessionados.

²⁰ Importa referir que, no caso deste porto, os fluxos financeiros têm por base o movimento de mercadorias dos terminais concessionados no trimestre imediatamente anterior àquele que se encontra em análise.

²¹ Salienta-se que, em 2016, o porto de Lisboa registou um decréscimo significativo das quantidades movimentadas face ao ano homólogo anterior, resultado, sobretudo, das greves ocorridas neste porto nos meses de abril e maio de 2016.

Quadro 5 – Receitas das Administrações Portuárias por concessão no 4.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto
Valores em milhares de euros

Setor Portuário	1T2017	2T2017	3T2017	4T2017	Peso no Total (4T)	4T2016	Δ 4T2017 / 4T2016	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	4 443	4 529	3 679	3 603	22%	3 502	3%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	937	942	630	460	3%	725	-37%
	Silos de Leixões	42	50	48	50	0%	40	23%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	1 535	1 587	1 629	1 335	8%	1 581	-16%
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	165	165	165	165	1%	165	0%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	18	29	65	57	0%	74	-23%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	7	0	14	0	0%	0	n.a.
	Exploração Turística-Hoteleira	0	0	0	0	0%	0	n.a.
	Exploração de Restaurante e Bar	19	19	19	19	0%	18	0%
	Marina de Gaia	5	0	5	0	0%	0	n.a.
Subtotal Douro e Leixões	7 172	7 320	6 254	5 688	35%	6 106	-7%	
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	1 145	2 470	1 488	1 218	8%	1 668	-27%
	Terminal Multipurpose de Sines	1 132	1 152	1 182	1 263	8%	1 168	8%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	111	104	107	105	1%	105	1%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	210	211	233	207	1%	235	-12%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	2 078	2 078	2 078	2 302	14%	2 876	-20%
Subtotal Sines	4 677	6 016	5 087	5 095	32%	6 051	-16%	
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	649	483	739	780	5%	681	14%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1 515	2 077	1 549	1 919	12%	2 116	-9%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	999	1 676	13	14	0%	14	1%
	Terminal Multiusos do Beato	144	142	214	138	1%	61	128%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	182	182	198	197	1%	159	24%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	197	201	158	248	2%	194	28%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	158	175	236	143	1%	196	-27%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	148	157	219	91	1%	75	21%
	Terminal do Barreiro	31	25	68	30	0%	14	116%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	53	89	92	66	0%	69	-5%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	10	15	11	15	0%	9	65%	
Subtotal Lisboa	4 086	5 221	3 498	3 640	23%	3 588	1%	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	452	480	443	439	3%	448	-2%
	Terminal Multiusos Zona 2	996	1 056	1 038	1 059	7%	966	10%
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	79	93	93	81	0%	72	12%
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	41	41	43	38	0%	39	-4%
Subtotal Setúbal	1 568	1 670	1 617	1 616	10%	1 525	6%	
Aveiro	Terminal Sul de Aveiro	89	88	92	90	1%	86	4%
	Serviço de Reboque Aveiro	33	49	36	36	0%	33	8%
Subtotal Aveiro	122	137	127	126	1%	119	5%	
Total	17 625	20 364	16 584	16 165	100%	17 388	-7%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

3.2.2 Evolução dos fluxos financeiros acumulados

Em 2017, as receitas auferidas pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários concessionados, ascenderam, em termos globais, a cerca de 70,7 milhões de euros, representando, *por um lado*, um acréscimo de cerca de 3% face ao registado em 2016, e mantendo-se, *por outro lado*, em linha com orçamentado para 2017 (*cf.* Quadro 6).

Quadro 6 – Receitas das Administração Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias em 2017 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	2017	Peso no Total	2016	Δ 2017/ 2016	2017 P	% Execução
Douro e Leixões	26 433	37%	27 374	-3%	27 444	96%
Sines	20 875	30%	20 919	0%	20 333	103%
Lisboa	16 446	23%	13 644	21%	14 534	113%
Setúbal	6 471	9%	6 583	-2%	7 993	81%
Aveiro	513	1%	491	5%	465	110%
Total	70 738	100%	69 010	3%	70 769	100%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Através do *Quadro 6* anterior, verifica-se que, para o referido aumento das receitas portuárias, contribuiu, sobretudo, o acréscimo registado ao nível das receitas auferidas pela Administração Portuária de Lisboa (+21%), tendo este sido parcialmente compensado pela redução das receitas referentes aos portos de Douro e Leixões (-3%) e de Setúbal (-2%).

Relativamente à movimentação registada no ano em apreço, verifica-se que, em termos globais, foi registado um ligeiro acréscimo face ao valor registado em 2016, sendo de destacar, *por um lado*, o aumento das quantidades movimentadas, quer no porto de Lisboa (+14%), quer nos portos do Douro e Leixões (+5%), e, *por outro lado*, o decréscimo registado ao nível da movimentação verificada no porto de Sines (-5%), *cf.* *Quadro 7 infra*.

Importa ainda referir que, embora a variação da carga movimentada tenha influência na evolução dos fluxos financeiros, não constitui o único fator explicativo desta última, destacando-se, a este respeito, o facto de, *por um lado*, parte dos fluxos financeiros respeitarem à componente fixa das rendas pagas pelas concessionárias (não dependente da carga movimentada), e, *por outro lado*, os valores reportados dizerem respeito a fluxos financeiros e não a valores faturados, podendo, portanto, referir-se a valores de faturação (e, por conseguinte, de cargas movimentadas) relativos a períodos anteriores.

Quadro 7 – Movimento de carga nas concessões portuárias em 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Setor Portuário	2017	Peso no Total	2016	Δ 2017/ 2016
Douro e Leixões	19 003 749	23%	18 049 586	5%
Sines	46 703 023	58%	49 023 274	-5%
Lisboa	10 441 127	13%	9 127 532	14%
Setúbal	4 172 519	5%	4 560 827	-9%
Aveiro	626 030	1%	523 580	20%
Total	80 946 448	100%	81 284 799	0%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

No caso concreto do porto de Lisboa, o acréscimo registado ao nível das rendas auferidas pela respetiva Autoridade Portuária é explicado, em grande medida, pelo aumento, de aproximadamente 14%, das quantidades movimentadas nos respetivos terminais concessionados, ocorrido num contexto de estabilidade laboral registada no ano em apreço, quando comparado com o verificado em 2016, ano em que foram realizadas greves por parte dos respetivos trabalhadores portuários²².

Por outro lado, no caso dos portos de Douro e Leixões, o decréscimo homólogo das receitas portuárias é explicado, sobretudo, pela diminuição do valor das rendas relativas ao Terminal de Carga a Granel de Leixões, quer ao Terminal de Contentores de Leixões, os quais representaram, em conjunto, uma diminuição de aproximadamente 886 milhares de euros, quando comparado o ano de 2017 com o período homólogo anterior.

Relativamente ao Terminal de Carga a Granel de Leixões, o referido decréscimo (-18%) é explicado, *por um lado*, pelo decréscimo das quantidades movimentadas no terminal face ao ano de 2016 e, *por outro lado*, pela redução das taxas cobradas à Concessionária, por via da entrada em vigor, em junho de 2017, do 4.º aditamento ao respetivo contrato de concessão. No que concerne ao Terminal de Contentores de Leixões, a redução registada deve-se, essencialmente, ao decréscimo (-3%) registado ao nível do movimento de carga contentorizada no Terminal de Contentores de Leixões.

²² Tal como referido anteriormente, em 2016, o porto de Lisboa registou um decréscimo significativo das quantidades movimentadas face ao ano homólogo anterior, resultado, sobretudo, das greves ocorridas neste porto nos meses de abril e maio de 2016, cujos efeitos se começaram a sentir logo desde o momento em que as mesmas foram pré-anunciadas, tendo-se ainda refletido na movimentação das mercadorias realizada nos meses seguintes.

Recorde-se que os terminais portuários concessionados dos portos do Douro e Leixões apresentam uma posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, representando 37% das rendas totais no semestre em apreço.

No caso concreto do porto de Setúbal, o decréscimo registado deve-se, em grande medida, à redução verificada ao nível das rendas relativas ao Terminal Multiusos 1 (-9%), na sequência da diminuição do volume de carga movimentada nos respetivos terminais, quando comparado o ano de 2017 com o período homólogo de 2016.

Em sentido contrário, registou-se, no período em apreço, um acréscimo (+5%) das receitas auferidas pela Administração Portuária do porto de Aveiro face ao valor registado no período homólogo anterior, em virtude, sobretudo, do aumento das quantidades movimentadas no Terminal Sul, quando comparado o ano em apreço com o ano de 2016.

Por último, o valor das receitas auferidas pela administração Portuária do porto de Sines, no período em análise, manteve-se praticamente em linha com o valor registado no período homólogo anterior, resultado, sobretudo, do efeito combinado dos seguintes fatores: **(i)** redução, de cerca de 6%, das rendas relativas ao Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos, por via da diminuição das quantidades movimentadas, e **(ii)** aumento do valor das rendas relativas, quer ao Terminal de Contentores de Sines XXI (+6%), quer ao Terminal Multipurpose de Sines (+4%), na sequência do incremento de carga movimentada nos referidos terminais.

Apresenta-se, no *Quadro 8* seguinte, o detalhe das receitas auferidas pelas Administrações Portuárias, em cada um dos terminais concessionados, evidenciando-se a evolução registada no ano em apreço face ao período homólogo de 2016.

Quadro 8 – Receitas das Administração Portuárias por concessão em 2017 - respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

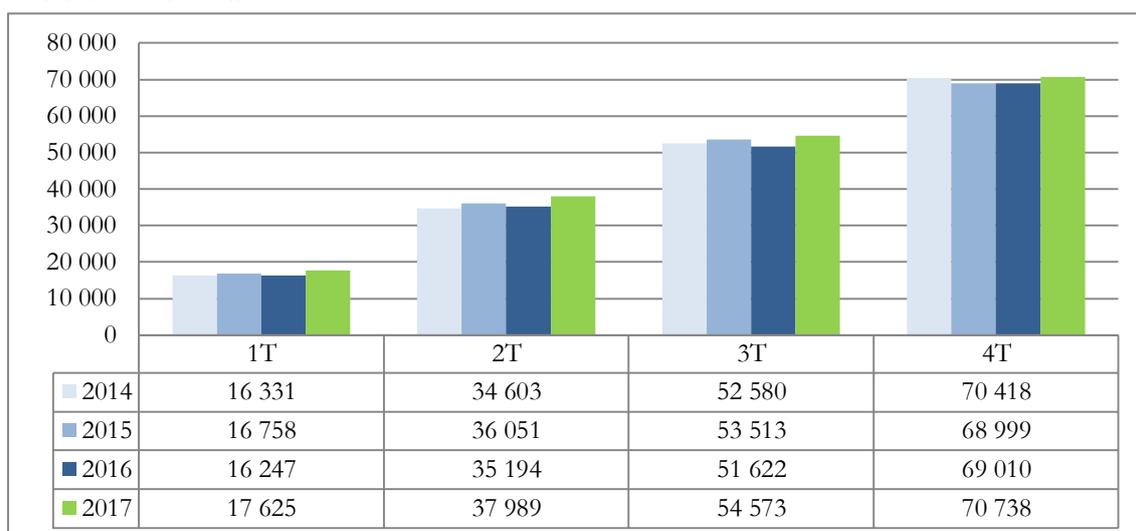
Setor Portuário	2017	Peso no Total	2016	Δ 2017/2016	2017 P	% Execução	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	16 253	23%	16 486	-1%	16 263	100%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	2 970	4%	3 624	-18%	3 768	79%
	Silos de Leixões	190	0%	196	-3%	212	90%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	6 086	9%	6 118	-1%	6 277	97%
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	661	1%	660	0%	661	100%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	167	0%	198	-16%	157	106%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	21	0%	7	201%	21	99%
	Exploração Turística-Hoteleira	0	0%	0	n.a.	0	n.a.
	Exploração de Restaurante e Bar	74	0%	74	0%	74	100%
	Marina de Gaia	11	0%	11	1%	11	100%
Subtotal Douro e Leixões	26 433	37%	27 374	-3%	27 444	96%	
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	6 322	9%	5 938	6%	6 141	103%
	Terminal Multipurpose de Sines	4 728	7%	4 546	4%	4 593	103%
	Terminal de Petroléiro e Petroquímico	427	1%	435	-2%	436	98%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	861	1%	922	-7%	849	101%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	8 537	12%	9 078	-6%	8 314	103%
Subtotal Sines	20 875	30%	20 919	0%	20 333	103%	
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	2 651	4%	2 411	10%	2 545	104%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	7 059	10%	5 345	32%	6 427	110%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	2 702	4%	2 337	16%	1 377	196%
	Terminal Multiusos do Beato	638	1%	352	81%	977	65%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	759	1%	686	11%	694	109%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	805	1%	731	10%	776	104%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	712	1%	756	-6%	728	98%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	615	1%	580	6%	596	103%
	Terminal do Barreiro	154	0%	93	65%	90	171%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	300	0%	306	-2%	288	104%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	51	0%	45	13%	36	140%
	Subtotal Lisboa	16 446	23%	13 644	21%	14 534	113%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	1 814	3%	1 995	-9%	2 170	84%
	Terminal Multiusos Zona 2	4 149	6%	4 063	2%	5 245	79%
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	346	0%	366	-6%	410	84%
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	162	0%	158	2%	168	97%
Subtotal Setúbal	6 471	9%	6 583	-2%	7 993	81%	
Aveiro	Terminal Sul de Aveiro	359	1%	339	6%	333	108%
	Serviço de Reboque Aveiro	154	0%	151	2%	132	116%
Subtotal Aveiro	513	1%	491	5%	465	110%	
Total	70 738	100%	69 010	3%	70 769	100%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

No *Gráfico 2* seguinte, apresenta-se a evolução anual das receitas acumuladas com as concessões portuárias por trimestre, desde 2014, sendo possível constatar uma tendência de ligeira melhoria das receitas anuais, desde 2015, a qual deverá ser, de certa forma, reflexo da evolução positiva que se tem vindo a registar ao nível da movimentação global de mercadorias nos portos objeto de análise.

Gráfico 2 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2014 a 2017

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

4. Anexos

Quadro 9 – Identificação das concessões no sector dos Portos

	Setor Portuário	Concessionária	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	TCL - Terminal de Contentores de Leixões S.A.	2000	25	56
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	TCGL - Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	35
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, Unipessoal Lda	2007	25	5
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15 ⁽²⁾	n.d.
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15 + 5 ⁽³⁾	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25 + 7 ⁽⁴⁾	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20 ⁽⁵⁾	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portugaláia, SA	2000	20	n.d.
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	8
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2014	5	3
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1984	⁽⁶⁾	35
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2000	20	40
	Terminal Multipurpose de Lisboa	TSA - Terminal de Santa Apolónia, Lda ⁽⁷⁾	2015	6	7
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	4
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	3
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	87
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1996	30	2
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	24
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	0
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	0	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	10
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	12
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	1995	25	11
	Terminal de Granéis Liq. de Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	2003	25	4
Sines	Terminal Contentores de Sines	PSA Sines - Terminais de Contentores, SA	1999	30	237
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	89
	Terminais Petrolero e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10 + 5	4
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	25
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão Integrada de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	71
Total					779

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2017 pelos parceiros privados.

⁽²⁾ O contrato terminou a 31 de dezembro de 2015, não tendo sido renovado.

⁽³⁾ O contrato foi renovado até 17 de maio de 2021.

⁽⁴⁾ O contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

⁽⁵⁾ Em abril de 2015 o Conselho de Administração da APDL deliberou rescindir unilateralmente o contrato de concessão celebrado com a Dourocais – Investimentos Imobiliários, S.A., com efeitos a 1 de julho de 2015. Na sequência desta decisão, a concessionária intentou uma ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos, encontrando-se o respetivo processo em contencioso.

⁽⁶⁾ O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3 de março de 2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho, em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

⁽⁷⁾ No seguimento do concurso lançado pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 6 de abril de 2015 foi assinado um novo contrato de concessão, com a TSA Terminal de Santa Apolónia, Lda.. Até então, o terminal encontrava-se concessionado à Operlis – Gestão e Operação Portuária, S.A..

Quadro 10 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Águas do Algarve, S.A. ⁽³⁾	2001	30	614
Águas do Norte, S.A. ⁽³⁾	2015	30	2 041
Águas do Centro Litoral, S.A. ⁽³⁾	2015	30	613
Águas de St.º André, S.A.	2001	30	103
Águas Públicas Alentejo, S.A. ^{(2) e (3)}	2009	50	103
Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽²⁾	2009	50	178
Águas do Douro e Paiva, S.A. ⁽⁴⁾	2017	20	1
SIMDOURO, - Saneamento do Grande Porto, S.A. ⁽⁴⁾	2017	50	1
Águas do Tejo Atlântico, S.A. ⁽⁵⁾	2017	30	3
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. ⁽⁵⁾	2017	30	1
Águas do Vale do Tejo, S.A. ⁽⁶⁾	2017	30	1 975
TOTAL			5 633

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2017.

⁽²⁾ Parcerias Estado-Autarquias.

⁽³⁾ No seguimento do Programa do XIX Governo Constitucional, foram reorganizadas as operações do grupo AdP, através da agregação de 19 empresas em 5 entidades gestoras, nomeadamente: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, Águas Públicas do Alentejo e a Águas do Algarve, através pelos Decretos-Leis n.ºs 92/2015, 93/2015, e 94/2015, todos de 29 de maio.

⁽⁴⁾ Sociedade criada pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, na sequência da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte (anteriormente criado por via da agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio).

⁽⁵⁾ Sociedade criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, na sequência da cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (anteriormente criado por via da agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio).

⁽⁶⁾ Sociedade sucessora da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada por via do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e redenominada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Como tal, os valores apresentados incluem o investimento acumulado realizado nos diversos sistemas municipais anteriormente agregados à sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

Quadro 11 – Identificação das concessões Hídricas

Setor Hídrico	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Barragem de Foz Tua	EDP, S.A.	2008	79	437
Sistema Electroprodutor do Tâmega	Iberdrola Generación S.A.U.	2014	70	218
Total				655

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2017.

⁽²⁾ Ao contrário do apresentado anteriormente, os valores apresentados neste boletim desconsideram o investimento realizado na Barragem Girabolhos, uma vez que o respetivo contrato foi revogado em 2016.

Quadro 12 – Identificação das concessões para o Gás Natural

Sector da Energia - Gás Natural	Concessionária	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)	REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	40	205
Receção e Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carricho/ Pombal)	REN Armazenagem, S.A.	2006	40	146
Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)	REN Gasodutos, S.A.	2006	40	196
Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carricho / Pombal)	Transgás Armazenagem, Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	2006	40	19
Distribuição Regional de Gás Natural do Sul	Setgás – Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40	45
Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40	98
Distribuição Regional de Gás Natural do Centro	Lusitaniagás – Comp. de Gás do Centro, S.A.	2008	40	75
Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo	Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2008	40	35
Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior	Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2008	40	24
Distribuição Regional de Gás Natural do Litoral Norte	REN Portgás Distribuição, S.A. ⁽²⁾	2008	40	222
Total				1.064

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2017. Os valores referentes ao ano de 2017 correspondem às melhores estimativas da ERSE, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

⁽²⁾ Empresa recentemente adquirida pela REN Gás S.A. (4 de outubro de 2017), anteriormente denominada por EDP Gás Distribuição, S.A..

Quadro 13 – Identificação das concessões para a Eletricidade

Sector da Energia - Eletricidade	Concessionária	Ano de início	Prazo (anos)	Investimento (M€) ⁽¹⁾
Rede Eléctrica Nacional - Atividade de Transporte Energia Eléctrica	REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	2007	50	2.996
Exploração da Rede Nacional de Distribuição de Electricidade	EDP - Distribuição Energia, S.A.	2009	35	5.856
Exploração da Zona Piloto para a produção de energia das ondas do mar	Enondas, Energia das Ondas, S.A.	2010	45	3
Total				8.854

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores acumulados relativos ao investimento realizado até dezembro de 2017. Os valores referentes ao ano de 2017 correspondem às melhores estimativas da ERSE, podendo sofrer alterações aquando do apuramento dos valores finais.

Quadro 14 – Identificação da concessão Aeroportuária

Concessões Aeroportuárias	Concessionária	Ano	Prazo	Investimento (M€)
Concessão de aeroportos	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A	2012	50	n.d.

Fonte: UTAP, a partir de dados constantes do DRE.

Quadro 15 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 4.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Sector Portuário	1T2017	2T2017	3T2017	4T2017	Peso no Total (4T)	4T2016	Δ 4T2017 / 4T2016	
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	1 505 487	1 550 608	1 551 115	1 577 744	8%	1 537 364	3%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	855 282	898 228	839 755	772 826	4%	822 716	-6%
	Silos de Leixões	144 887	168 492	161 105	148 731	1%	163 489	-9%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	1 990 713	2 297 649	2 179 793	2 266 221	12%	2 060 644	10%
	Terminal de Granéis Líquidos Alimentares	0	0	0	0	0%	0	n.a.
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	24 350	15 235	18 248	21 212	0%	18 162	17%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	1 169	3 025	9 122	2 753	0%	2 648	4%
Subtotal Douro e Leixões	4 521 888	4 933 236	4 759 138	4 789 487	25%	4 605 024	4%	
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	6 378 112	5 440 129	4 656 399	4 434 363	23%	6 038 210	-27%
	Terminal Multipurpose de Sines	1 531 871	1 447 330	1 826 854	1 681 358	9%	1 680 446	0%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	4 803 941	4 809 326	5 301 587	4 391 753	23%	4 835 919	-9%
Subtotal Sines	12 713 924	11 696 785	11 784 840	10 507 474	55%	12 554 575	-16%	
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	520 572	563 719	572 908	510 878	3%	556 180	-8%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	392 810	447 505	415 679	442 944	2%	385 618	15%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	250 919	263 388	259 204	255 235	1%	282 214	-10%
	Terminal Multiusos do Beato	93 155	61 157	114 237	142 158	1%	43 655	226%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	155 087	147 416	207 494	145 564	1%	129 525	12%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	301 317	325 449	529 150	428 972	2%	350 528	22%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	104 699	150 902	163 030	161 092	1%	108 948	48%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	269 328	276 465	222 944	254 972	1%	278 747	-9%
	Terminal do Barreiro	141 191	148 323	132 931	157 199	1%	140 905	12%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	185 690	141 722	199 168	184 554	1%	157 141	17%
Subtotal Lisboa	2 414 768	2 526 046	2 816 745	2 683 568	14%	2 433 461	10%	
Zona 1	Terminal Multiusos Zona 1							
	Contentores	1 670	4 097	771	1 506	0%	1 128	34%
	Carga Geral e Granéis	367 732	311 911	251 998	260 339	1%	271 249	-4%
	Outros	10 386	10 035	5 453	12 940	0%	8 106	60%
Subtotal	379 788	326 043	258 222	274 785	1%	280 483	-2%	
Zona 2	Terminal Multiusos Zona 2							
	Contentores	400 484	430 802	400 320	388 380	2%	383 828	1%
	Carga Geral + Outros	143 184	140 058	149 721	153 774	1%	102 875	49%
Subtotal	543 668	570 860	550 041	542 154	3%	486 703	11%	
Setúbal	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	122 768	153 849	154 490	120 938	1%	94 517	28%
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	47 261	44 003	51 349	32 300	0%	39 075	-17%
Subtotal Setúbal	1 093 485	1 094 755	1 014 102	970 177	5%	900 778	8%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	156 619	143 295	163 184	162 932	1%	147 161	11%
	Subtotal Aveiro	156 619	143 295	163 184	162 932	1%	147 161	11%
Total	20 900 684	20 394 117	20 538 008	19 113 638	100%	20 640 999	-7%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: Os valores apresentados incluem carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, granéis sólidos e granéis líquidos, quando aplicável.

Quadro 16 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 4.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Setor Portuário	1T2017	2T2017	3T2017	4T2017	Peso no Total (4T)	4T2016	Δ 4T2017/4T2016	
Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	155 463	154 660	162 286	161 228	24%	159 088	1%
	Subtotal Leixões	155 463	154 660	162 286	161 228	24%	159 088	1%
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	494 455	431 759	382 804	360 034	53%	445 929	-19%
	Subtotal Sines	494 455	431 759	382 804	360 034	53%	445 929	-19%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	48 993	53 569	55 218	44 496	7%	52 889	-16%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	34 396	42 179	39 680	40 062	6%	35 116	14%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	28 506	30 764	30 708	32 438	5%	31 988	1%
	Terminal Multiusos do Beato	0	0	258	143	0%	0	n.a.
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	703	2 593	2 955	3 049	0%	1 443	111%
	Terminal do Barreiro	0	0	0	0	0%	1	-100%
	Subtotal Lisboa	112 598	129 105	128 819	120 188	18%	121 437	-1%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	99	330	64	158	0%	106	49%
	Terminal Multiusos Zona 2	40 007	42 218	37 121	37 292	5%	35 882	4%
	Subtotal Setúbal	40 106	42 548	37 185	37 450	6%	35 988	4%
Total	802 622	758 072	711 094	678 900	100%	762 442	-11%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Quadro 17 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados em 2017 - respetiva variação homóloga
Valores em toneladas

Sector Portuário	2017	Peso no Total	2016	Δ 2017/ 2016
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	8%	6 383 819	-3%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	4%	3 492 153	-4%
	Silos de Leixões	1%	700 559	-11%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	11%	7 390 389	18%
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	0%	63 769	24%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	0%	18 896	-15%
	Subtotal Douro e Leixões	19 003 749	23%	18 049 586
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	26%	20 595 970	2%
	Terminal Multipurpose de Sines	8%	5 993 991	8%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	24%	22 433 313	-14%
Subtotal Sines	46 703 023	58%	49 023 274	-5%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	3%	1 736 562	25%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	2%	1 282 746	32%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	1%	1 010 919	2%
	Terminal Multiusos do Beato	1%	259 575	58%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	1%	548 446	20%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	2%	1 474 014	8%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	1%	641 431	-10%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	1%	1 043 123	-2%
	Terminal do Barreiro	1%	505 907	15%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	1%	624 809	14%
	Subtotal Lisboa	10 441 127	13%	9 127 532
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1			
	Contentores	0%	6 353	27%
	Carga Geral e Granéis	1%	1 523 334	-22%
	Outros	0%	31 230	24%
Subtotal	1 238 838	2%	1 560 917	-21%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 2			
	Contentores	2%	1 633 402	-1%
	Carga Geral + Outros	1%	538 000	9%
	Subtotal	2 206 723	3%	2 171 402
Setúbal	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	1%	658 561	-16%
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	0%	169 947	3%
	Subtotal Setúbal	4 172 519	5%	4 560 827
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	1%	523 580	20%
	Subtotal Aveiro	626 030	1%	523 580
Total	80 946 448	100%	81 284 799	0%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: Os valores apresentados incluem carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, granéis sólidos e granéis líquidos, quando aplicável.

Quadro 18 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados em 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Setor Portuário	2017	Peso no Total	2016	Δ 2017/2016	
Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	633 637	21%	658 386	-4%
	Subtotal Leixões	633 637	21%	658 386	-4%
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	1 669 052	57%	1 513 080	10%
	Subtotal Sines	1 669 052	57%	1 513 080	10%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	202 276	7%	161 279	25%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	156 317	5%	113 878	37%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	122 416	4%	110 975	10%
	Terminal Multiusos do Beato	401	0%	222	81%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	9 300	0%	4 921	89%
	Terminal do Barreiro	0	0%	1	-100%
	Subtotal Lisboa	490 710	17%	391 276	25%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	651	0%	549	19%
	Terminal Multiusos Zona 2	156 638	5%	154 009	2%
	Subtotal Setúbal	157 289	5%	154 558	2%
Total	2 950 688	100%	2 717 300	9%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.